

CLIPPING IMPRESSO

20/08/2021

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COORDENADORIA DE PRECATÓRIO.....	1 - 2
1.2. JUÍZES.....	3
1.3. POSSE.....	4
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. COMARCAS.....	5
2.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	7
3.2. VARA CRIMINAL.....	8 - 9
3.3. VARA CÍVEL.....	10
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. VARA CRIMINAL.....	11
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	12
5.2. JUÍZES.....	13
5.3. POSSE.....	14
5.4. VARA CRIMINAL.....	15 - 17

TJMA paga R\$ 12 milhões em precatórios para 100 credores

Por causa da pandemia, foi disponibilizado pagamento por opção transferência bancária; do montante pago, R\$ 11.653.716,88 referem-se a dívidas do Estado e R\$ 387.696,47 são para quitar débitos de municípios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais um lote de precatórios da lista cronológica de credores do Estado do Maranhão. Também está em andamento o pagamento de precatórios devidos por municípios, dentre os quais São Roberto, Trizidela do Vale, São Francisco do Brejão e Cururupu.

Os pagamentos estão sendo efetuados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores – caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários – ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança sanitária determinados pelas autoridades competentes.

Maranhão

Foram pagos 100 credores de precatórios do Estado do Maranhão (lista cronológica), no montante de R\$ 11.653.716,88 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

Na sequência, haverá o pagamento de 189 precatórios habilitados para acordo direto com o Estado do Maranhão, movimentando a quantia aproximada de R\$ 17 milhões.

Consta da programação ainda o pagamento próximo de mais 267 precatórios da lista cronológica, que totalizam R\$ 35.792.730,79 (trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e setenta e nove centavos).

Municípios diversos

No âmbito dos municípios, também estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 387.696,47 (trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos).

Devido à pandemia do coronavírus, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos cre-

**Na sequência,
serão pagos 189
precatórios**

**Devido à pandemia,
credores têm opções
de recebimento**

dores de apresentação dos dados de suas contas bancárias para receberem seus créditos via transferência bancária.

Optaram por essa via, 69 beneficiários, que começaram a receber

seus créditos em suas respectivas contas, no último dia 9 de agosto. Os demais credores estão recebendo seus créditos por alvarás físicos, com prévio agendamento e devida atenção aos protocolos sanitários.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários ao pagamento mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica permite o recebimento do valor sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária, deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail coordprecatorios@tjma.jus.br para: 1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail da Coordenadoria de Precatórios; 2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas

judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento; 3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança. ●

Divulgação



TJMA paga mais um lote de precatórios da lista cronológica de credores do Estado do Maranhão e de municípios, totalizando R\$ 12 milhões



Posse de magistrado

O juiz Marco André Tavares Teixeira foi empossado na Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo.

O magistrado, que foi promovido pelo critério de antiguidade, ingressou na magistratura maranhense em 2003. Durante a carreira, atuou nas comarcas de Pio XII, São João Batista, Balsas, Codó e, por último, em Itapecuru Mirim, onde estava desde novembro de 2020.

Marco André deixa a comarca com 5 mil processos físicos e eletrônicos em trâmite.



Posse de magistrado

O juiz Marco André Tavares Teixeira foi empossado na Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo.

O magistrado, que foi promovido pelo critério de antiguidade, ingressou na magistratura maranhense em 2003. Durante a carreira, atuou nas comarcas de Pio XII, São João Batista, Balsas, Codó e, por último, em Itapecuru Mirim, onde estava desde novembro de 2020.

Marco André deixa a comarca com 5 mil processos físicos e eletrônicos em trâmite.

Justiça determina indisponibilidade de bens de envolvidos em transferências bancárias irregulares

Após solicitação do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou, em 17 de agosto, a indisponibilidade de bens da ex-secretária de Saúde de Arame, Rita de Cássia Sarmento; do ex-secretário de Finanças, Diogo Carvalho e dos supostos estelionatários Dirceu Batista; Mikail Luiz França e Juan Guilherme Costa, no valor total de R\$ 450 mil, transferidos irregularmente pelo Município, em dezembro de 2019.

Resultado de Ação por Ato de Improbidade Administrativa, formulada pelo promotor de justiça Felipe Augusto Rotondo (que responde tem-

porariamente pela comarca), a decisão foi proferida pela juíza Selecina Locatelli.

Por meio de processos de pagamento de despesas extraordinárias, Juan Costa recebeu R\$ 100 mil, Mikail França foi favorecido por R\$ 150 mil e Dirceu Batista, o maior beneficiado, recebeu transferências no valor total de 300 mil.

CELULAR

Os pagamentos teriam sido motivados por solicitações originadas do celular da ex-prefeita Jully Hally Menezes, que afirmou ter tido o aparelho clonado. Por isso, a ex-gestora não foi incluída entre os requeridos na ACP do

MPMA. A pedido do órgão, a questão ainda está sob investigação pela Polícia Civil.

Segundo o Ministério Público, a secretária de Saúde fez as transferências, sem processos de pagamento ou contratos. Também de acordo com o MPMA, o secretário de Finanças “montou” os processos de pagamento para justificar as transferências.

“Não havia nenhum objeto e os recursos foram transferidos, sem nenhum contrato ou serviço a ser prestado. As verbas foram liberadas sem observar as formalidades legais”, explica o promotor de justiça Felipe Rotondo.

IRREGULARIDADES

A pedido da Promotoria de Justiça de Arame, a Assessoria Técnica do MPMA analisou as transferências e observou diversas irregularidades nas movimentações.

Foram constatadas ausência de numeração dos processos de pagamento (o que inviabiliza a verificação da ordem cronológica dos atos administrativos), empenhos e liquidações das despesas, contratos, ajustes ou acordos. Também faltaram notas fiscais, ordens de pagamento e comprovantes de entrega de materiais ou prestação efetiva dos serviços.

Em Foco

1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís passa por correição

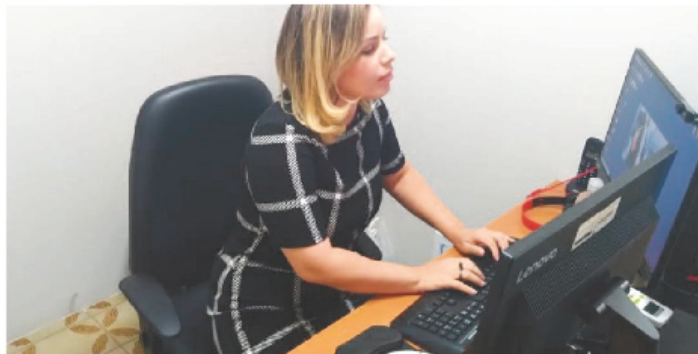
A 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que funciona no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), iniciou na última segunda-feira (16) correição geral extraordinária, visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à celeridade nos serviços judiciais. Os trabalhos correicionais na unidade vão até o dia 27 de agosto.

No edital de correição, o juiz titular da unidade, Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior, comunica que o cidadão ou cidadã poderá apresentar reclamações contra os serviços judiciais ou sugestões sobre o funcionamento da unidade e procedimentos ou atividades de servidores ou servidoras lotadas na Vara da Fazenda Pública.

A unidade judiciária funciona no 7º andar do Fórum, de segunda a sexta-feira, das 8h às 15h e atende pelo telefone (98) 3194-5418, e-mail: secfaz1_slz@tjma.jus.br e balcão virtual (<https://vc.tjma.jus.br/bvsecfaz1slz>).

UM ANO

TJMA já realizou 968 conciliações virtuais



SECRETÁRIA DA CENTRAL, TAYANE MICHELLE EM SESSÃO

A Central de Conciliação por Videoconferência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) já realizou 968 audiências, desde que começou a funcionar, em agosto de 2020. Cidadãos e cidadãs de 11 comarcas e termos judiciários do Estado já foram atendidos durante esse período.

O serviço foi criado e regulamentado pela Resolução-GP-62021 aprovada em sessão plenária administrativa do Tribunal e assinada pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo. A iniciativa foi requerida pelo presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), desembargador José Luiz Almeida.

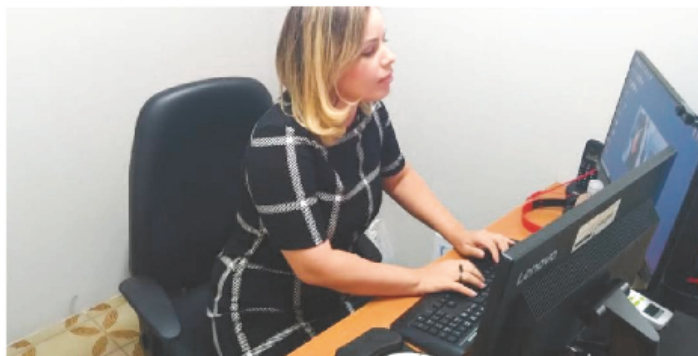
A central

A Central de Conciliação por Videoconferência funciona no 2º Centro de Solução de Conflitos de São Luís, localizado na Rua do Egito, Centro. A equipe, supervisionada pelo juiz coordenador do Nupemec, Alexandre Abreu, é formada por uma secretária e três conciliadores (Sérgio Luís Maranhão Díaz, Manoel Marques Ferreira Neto, Lucianne de Souza Amado).

O ambiente digital é responsável pela realização ou gestão das audiências de conciliação processual (com ação judicial) ou pré-processual (sem ação judicial) que tenham como solicitante pessoa residente no estado do Maranhão, cujo entendimento não seja possível de solução pela via das plataformas digitais públicas ou de câmaras privadas cadastradas junto ao Nupemec-TJMA. De acordo com a secretária da Central, Tayane Michelle Figueiredo, durante esse primeiro ano de funcionamento, foram atendidos cidadãos e cidadãs de 11 comarcas e termos judiciários: São Luís, Timon, São José de Ribamar, Presidente Dutra, Paço do Lumiar, Araisos, Tutóia, São Raimundo das Mangabeiras, Anajatuba, Caxias e Imperatriz. A Central também atende Varas Cíveis e Juizados Especiais Cíveis da Capital.

UMANO

TJMA já realizou 968 conciliações virtuais



SECRETÁRIA DA CENTRAL, TAYANE MICHELLE EM SESSÃO

A Central de Conciliação por Videoconferência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) já realizou 968 audiências, desde que começou a funcionar, em agosto de 2020. Cidadãos e cidadãs de 11 comarcas e termos judiciários do Estado já foram atendidos durante esse período.

O serviço foi criado e regulamentado pela Resolução-GP-62021 aprovada em sessão plenária administrativa do Tribunal e assinada pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo. A iniciativa foi requerida pelo presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), desembargador José Luiz Almeida.

A central

A Central de Conciliação por Videoconferência funciona no 2º Centro de Solução de Conflitos de São Luís, localizado na Rua do Egito, Centro. A equipe, supervisionada pelo juiz coordenador do Nupemec, Alexandre Abreu, é formada por uma secretária e três conciliadores (Sérgio Luís Maranhão Díaz, Manoel Marques Ferreira Neto, Lucianne de Souza Amado).

O ambiente digital é responsável pela realização ou gestão das audiências de conciliação processual (com ação judicial) ou pré-processual (sem ação judicial) que tenham como solicitante pessoa residente no estado do Maranhão, cujo entendimento não seja possível de solução pela via das plataformas digitais públicas ou de câmaras privadas cadastradas junto ao Nupemec-TJMA. De acordo com a secretária da Central, Tayane Michelle Figueiredo, durante esse primeiro ano de funcionamento, foram atendidos cidadãos e cidadãs de 11 comarcas e termos judiciários: São Luís, Timon, São José de Ribamar, Presidente Dutra, Paço do Lumiar, Araisos, Tutóia, São Raimundo das Mangabeiras, Anajatuba, Caxias e Imperatriz. A Central também atende Varas Cíveis e Juizados Especiais Cíveis da Capital.

MARANHÃO

Faccção planejava matar diretor de presídio

Durante as investigações, com apoio de outras forças de segurança, foi possível realizar a prisão em flagrante de outras duas pessoas ligadas a atividades de tráfico de drogas

A Polícia Federal no Maranhão deflagrou, na manhã de ontem, quinta-feira (19), a Operação “Panteão”, com o objetivo de desarticular facção criminosa com células em várias cidades no Maranhão e em outros estados da federação, facção essa que vem coordenado atividades criminosas de dentro de presídios.

Durante as investigações, foi possível identificar pessoas ligadas a facção, atuando principalmente nas cidades maranhenses de Colinas, Imperatriz, Buriticupu, Caxias, Timon, São Luís, bem como nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

dentro da estrutura criminoso, seis deles atualmente exercendo a função de liderança dentro da facção a nível estadual.

Execução de diretor

Com levantamentos realizados pela Polícia Federal, foi possível identificar planejamentos de execuções de pessoas ligadas a facções rivais, bem como evitar uma provável execução de um diretor adjunto de um presídio no interior do Maranhão, orquestrada pelo grupo criminoso. Na época dos fatos, o diretor-adjunto teria frustrado uma fuga de dois importantes integrantes da facção, motivo pelo qual membros da facção criminosa passaram a arquitetar um plano para matar o agente público.

Durante as investigações, com apoio de outras forças de segurança pública, foi possível ainda realizar a prisão em flagrante de outras duas pessoas ligadas a atividades de tráfico de drogas.

Consubstanciado em elementos de informações colhidos durante a investigação, a Polícia Federal representou ao Juízo Estadual da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís – especializada para processamento e julgamento dos crimes envolvendo Organização Criminosa – pela prisão preventiva e busca e apreensão, tendo sido deferidos 18 mandados de prisão preventiva e 02 mandados de busca e apreensão.

Os mandados estão sendo cumpridos nas cidades de São Luís, Caxias, Timon, Balsas, Dourados-MS, Uberaba-MG e São Vicente-SP, sendo empregados cerca de 40 Policiais Federais.

Os investigados poderão responder

criminalmente por integrarem organização criminosa, crime previsto no art. 2º da Lei 12.850/13, com pena que pode chegar até oito anos de reclusão.

Os líderes da referida facção acreditam ser intocáveis e idolatrados dentro da organização, tendo subordinados que obedecem a ordens de forma incondicional. Por esse motivo a operação foi batizada de “Panteão”, que significa literalmente o conjunto de deuses de determinada religião.



A investigação permitiu ainda identificar as prováveis funções exercidas pela maioria dos investigados

IMPERATRIZ

Falso pastor preso por golpe e violência doméstica



A Polícia Civil do Maranhão cumpriu um mandado de prisão preventiva na tarde da última quarta-feira (18), contra um homem, identificado como Alailson Amorim, de 41 anos, investigado por aplicar vários golpes na cidade de Imperatriz e em outras cidades do país. O mandado de prisão foi cumprido no estado de Sergipe, após o falso religioso ser preso pelo mesmo crime no município de Taguatinga, no Distrito Federal.

De acordo com a polícia, as investigações no Maranhão sobre a vida do preso foram realizadas pela Delegacia Especial da Mulher de Imperatriz após a denúncia de uma das vítimas que ele fez no município maranhense. A mulher relatou que manteve um curto relacionamento com o investigado antes de se casarem, quando passou a ser vítima de abusos sexuais, psicológicos e financeiros.

A vítima também denunciou que o ex-companheiro praticou diversos crimes e que tinha processos em vários estados. As investigações aponta-

ram diversos boletins de ocorrência e processos judiciais abertos contra o homem, desde roubos de carro, reconhecimento de paternidade, até acusações de estupro e cárcere privado.

Segundo a delegada Alanna Lima, em Imperatriz há um boletim de ocorrência na delegacia contra Alailson Amorim por delitos de ameaça, cárcere privado e estupro simples, praticados contra outra vítima. Também em Imperatriz, há uma organização religiosa cadastrada em nome do falso religioso como Assembleia de Deus União e Avivamento de Imperatriz.

Em São Paulo, na cidade de Assis, uma outra vítima deu queixa de que o homem a convenceu a comprar um carro no valor de 22 mil reais com o dinheiro de uma indenização trabalhista que ela tinha recebido. No boletim, a vítima relatou que o falso pastor a manteve em cárcere privado e sem celular durante dois dias, ameaçando-a de morte, dizendo inclusive que pagaria um matador de aluguel para matá-la.

Ainda segundo a delegada Alanna Lima, Alailson Amorim utilizava as redes sociais para se aproximar das vítimas.

Após ganhar confiança dessas mulheres, ele passava a praticar atos de violência física, psicológica e patrimonial. Quando terminava o ciclo de violência, ele então se mudava para outro estado da Federação. O homem diz ser pastor itinerante contendo em uma de suas redes sociais mais de 40 mil seguidores.

O falso religioso foi preso em um shopping, no último sábado (14), durante uma força-tarefa dos órgãos de investigação do Maranhão, Sergipe e Distrito Federal. Na ação, a Polícia Militar do DF encontrou na casa dele máquinas de cartão de crédito, celulares e outros objetos que teriam sido furtados.

O suspeito foi transferido para o Estado de Sergipe onde constam dois mandados de prisão contra o mesmo, além do mandado de prisão expedido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Operação da Polícia Federal investiga atuação de facção criminosa em presídios do Maranhão

Operação batizada de 'Panteão' foi deflagrada na manhã desta quinta-feira em São Luís, Caxias, Timon e Balsas

Divulgação/Polícia Federal



Polícia Federal durante a operação 'Panteão', realizada ontem

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã desta quinta-feira (19) uma operação em São Luís, Caxias, Timon e Balsas com o objetivo de desarticular uma facção criminosa com atuação dentro de presídios no Maranhão.

Batizada de “Panteão”, a operação está cumprindo nesta quinta, na capital e nas cidades maranhenses, 18 mandados de prisão preventiva e dois mandados de busca e apreensão.

Segundo a Polícia Federal, a investigação identificou prováveis funções exercidas pela maioria dos investigados dentro da estrutura criminosa, seis deles atualmente exercendo a

função de liderança dentro da facção no estado.

Com levantamentos realizados pela Polícia Federal, foi possível identificar planejamentos de execuções de pessoas ligadas a facções rivais, bem como evitar uma provável execução de um diretor adjunto de um presídio no interior do Maranhão, organizada pelo grupo criminoso. Na época dos fatos, o diretor adjunto teria frustrado uma fuga de dois importantes integrantes da facção, motivo pelo qual membros da facção criminosa passaram a realizar um plano para matar o agente público.

Durante as investigações, com apoio de outras forças de segurança pública, foi possível ainda realizar a prisão em flagrante de outras duas pessoas ligadas a atividades de tráfico de drogas. Os investigados poderão responder criminalmente por integrarem organização criminosa, crime previsto no art. 2º da Lei 12.850/13, com pena que pode chegar até oito anos de reclusão.

Além do Maranhão, a operação “Panteão” também foi realizada nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo. *(Por Assessoria Polícia Federal).*

Comarca de Cantanhede abre inscrições para casamento comunitário

O Poder Judiciário de Cantanhede abriu nessa quarta-feira (18) inscrições para uma edição do projeto ‘Casamentos Comunitários’, que acontece no dia 3 de dezembro. As inscrições seguem até o dia 10 de setembro. O link do evento será disponibilizado no dia do casamento, pela plataforma: <https://www.tjma.jus.br>.

Conforme informações da vara única do fórum, a solenidade será realizada de forma virtual, considerando a observância das medidas necessárias na prevenção da contaminação pela Covid-19, bem como a necessidade de adoção de medidas para o enfrentamento da pandemia e possibilidade de dar continuidade de forma segura a todos cidadãos na prestação de serviços jurisdicionais.

O juiz Paulo do Nascimento Júnior considerou, ainda, o Provimento 38/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre o procedimento de realização dos “Casamentos Comunitários” organizado

pelo Poder Judiciário do Estado do Maranhão. A Portaria 2943/2021 considera, ainda, o dever constitucional de facilitar a conversão da união de pessoas em casamento, especialmente de casais sem disponibilidades de recursos para suportar as despesas cartorárias, e na busca da legalização das uniões estáveis já constituídas, bem como a dos que pretendem estabelecer uma relação conjugal.

Os atos notariais poderão ser prestados por meio eletrônico, por isso, a Comarca de Cantanhede terá a parceria de entidades religiosas que fornecerão apoio em suas congregações religiosas para inscrições dos nubentes e apoio para realização do evento.

INSCRIÇÕES

Os casais interessados em participar do Casamento Comunitário deverão encaminhar os documentos digitalizados para o e-mail cartorio216@gmail.com e as dúvidas poderão ser solucionadas nos telefones (98) 98447 1272 ou (98) 98490 4530).

Presidente do TJMA empossa magistrados

O juiz Marco André Tavares Teixeira foi empossado na Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, nessa quinta-feira (19), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo. O magistrado foi promovido pelo critério de antiguidade, deixando a 3ª Vara de Itapecuru Mirim, conforme decisão proferida durante a Sessão Plenária Administrativa do dia 21 de julho. O juiz ingressou na magistratura maranhense em 2003. Durante sua carreira, atuou nas comarcas de Pio XII, São João Batista, Balsas, Codó e, por último, em Itapecuru Mirim, onde estava desde novembro de 2020. O magistrado deixa a referida comarca com 5 mil processos físicos e eletrônicos em trâmite.

PERMUTA

Ontem (19), o presidente do TJMA também empossou os magistrados João Francisco



O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Lourival Serejo, empossa novos juízes

Gonçalves Rocha e Luiz Carlos Licar Pereira. O juiz João Francisco Gonçalves Rocha (titular do 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís) foi empossado na 3ª Vara Cível de São José de

Ribamar.

Na mesma ocasião, o juiz Luiz Carlos Licar Pereira (titular da 3ª Vara Cível de São José de Ribamar) foi empossado no 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís

Presidente do TJMA empossa magistrados

O juiz Marco André Tavares Teixeira foi empossado na Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, nessa quinta-feira (19), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo. O magistrado foi promovido pelo critério de antiguidade, deixando a 3ª Vara de Itapecuru Mirim, conforme decisão proferida durante a Sessão Plenária Administrativa do dia 21 de julho. O juiz ingressou na magistratura maranhense em 2003. Durante sua carreira, atuou nas comarcas de Pio XII, São João Batista, Balsas, Codó e, por último, em Itapecuru Mirim, onde estava desde novembro de 2020. O magistrado deixa a referida comarca com 5 mil processos físicos e eletrônicos em trâmite.

PERMUTA

Ontem (19), o presidente do TJMA também empossou os magistrados João Francisco



O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Lourival Serejo, empossa novos juízes

Gonçalves Rocha e Luiz Carlos Licar Pereira. O juiz João Francisco Gonçalves Rocha (titular do 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís) foi empossado na 3ª Vara Cível de São José de

Ribamar.

Na mesma ocasião, o juiz Luiz Carlos Licar Pereira (titular da 3ª Vara Cível de São José de Ribamar) foi empossado no 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís

OPERAÇÃO "PANTEÃO"

PF DESARTICULA FACÇÃO QUE AGIA EM PRESÍDIOS DO MARANHÃO

Grupo criminoso chegou a planejar o assassinato do diretor-adjunto de um presídio na cidade de Santa Inês

Uma operação da Polícia Federal, deflagrada nessa quinta-feira (19), resultou no cumprimento de mandados de prisão contra membros de uma facção criminosa que atua dentro de presídios no Maranhão. Além das cidades de São Luís, Caxias, Timon e Balsas, foram alvos da ação os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, onde o grupo também age. Segundo a PF, a operação "Panteão" tinha como objetivo o cumprimento de 18 mandados de prisão e dois de busca e apreensão. Até o fechamento desta matéria, o órgão não divulgou quantos deles foram efetivamente cumpridos. Conforme a PF, as investigações apontaram que os faccionados estavam em pelo menos seis municípios do Maranhão, além disso, as funções exercidas por eles dentro da estrutura criminosa foram quase todas identificadas.

PÁG.12



Agentes da Polícia Federal investigam organização criminosa que age no sistema prisional maranhense

“Panteão”

Operação da PF cumpre mandados contra membros de facção dentro de presídios no MA

O grupo desarticulado chegou a planejar o assassinato do diretor-adjunto de um presídio na cidade de Santa Inês

AIDÊ ROCHA

Uma operação da Polícia Federal, deflagrada nessa quinta-feira (19), resultou no cumprimento de mandados de prisão contra membros de uma facção criminosa que atua dentro de presídios no Maranhão. Além das cidades maranhenses de São Luís, Caxias, Timon e Balsas, também foram alvos da ação os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, onde o grupo também age.

Segundo a PF, a operação “Panteão” tinha como objetivo o cumprimento de 18 mandados de prisão e dois de busca e apreensão. Até o fechamento desta matéria, o órgão não divulgou quantos deles foram efetivamente cumpridos.



DIVULGAÇÃO

Operação da PF teve como alvo organização criminosa que age no Sistema Prisional maranhense

Conforme a PF, as investigações apontaram que os faccionados estavam em pelo menos seis municípios do Maranhão, além disso, as funções exercidas por eles dentro da estrutura criminosa

foram quase todas identificadas. A PF conseguiu descobrir, ainda, seis deles que eram líderes do grupo no estado.

Durante a apuração feita pelo órgão, foi possível evitar que o

diretor-adjunto de um presídio na cidade de Santa Inês fosse executado a mando da facção criminosa. Na época, o gestor virou alvo por ter impedido a fuga de dois membros importantes da organização. Ações ordenadas por eles contra integrantes de facções rivais também conseguiram ser desbaratadas.

Com apoio de outras forças de segurança pública, de acordo com a PF, foi feita, ainda, a prisão em flagrante de outras duas pessoas ligadas a atividades de tráfico de drogas.

Caso sejam condenados, os investigados por integrarem organização criminosa, podem ser pegar até oito anos de reclusão.



Operação Panteão

A Polícia Federal deflagrou ontem (19/8), a Operação Panteão, com o objetivo de desarticular facção criminosa, com células em várias cidades no Maranhão e em outros estados da federação, que vem coordenado atividades criminosas de dentro de presídios...

Mandados

...Cerca de 40 policiais federais cumpriram 18 mandados de prisão preventiva e dois mandados de busca e apreensão, nas cidades de São Luís/MA, Caxias/MA, Timon/MA, Balsas/MA, Dourados/MS, Uberaba/MG e São Vicente/SP. As ordens judiciais foram deferidas pelo Juízo Estadual da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís...

Liderança

...Durante as investigações, foi possível identificar pessoas ligadas à facção atuando principalmente nas cidades de Colinas/MA, Imperatriz/MA, Buriticupu/MA, Caxias/MA, Timon/MA, São Luís/MA, bem como nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A investigação permitiu ainda identificar as prováveis funções exercidas pela maioria dos investigados dentro da estrutura criminosa, seis deles atualmente exercendo a função de liderança dentro da facção em âmbito estadual.

Gonzo

Facções - Pode ser que com a Operação Panteão, da PF, ocorrida ontem, diminuam as execuções de pessoas em Caxias e em outras regiões do estado e do país. As mortes por encomenda dessas facções criminosas acontecem quase diariamente!!!